SPE Diogo Moreira S.A.

CNPJ/MF nº 12.360.052/0001-58

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em Reais)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	2018	2017
Ativo circulante	**239.598.657**	**202.450.067**
Disponível	14.389	3.842
Imóveis destinados a venda	239.243.438	202.436.013
Impostos a recuperar	2.124	9.662
Adiantamento Forcedores	6.300	550
Outros Créditos	332.407	–
Total do ativo	**239.598.657**	**202.450.067**

Passivo e Patrimônio Líquido	2018	2017
Passivo circulante	**31.636.288**	**332.886**
Fornecedores	474.730	331.126
Obrigações tributárias	61.558	1.760
Títulos a Pagar	31.100.000	–
Passivo não circulante	**13.619.905**	**7.751.696**
Partes relacionadas	13.619.905	7.751.696
Patrimônio líquido	**194.342.464**	**194.365.484**
Capital social	164.026.000	164.026.000
Reserva de capital	30.182.415	30.182.415
Lucros acumulados	134.049	157.069
Total do passivo e patrimônio líquido	**239.598.657**	**202.450.067**

Demonstração do Resultado

Despesas/Receitas operacionais	2018	2017
Despesas comerciais	–	(28.852)
Despesas administrativas	(13.123)	(27.310)
Despesas/receitas financeiras	(6.188)	(2.840)
	(19.312)	**(59.003)**
Lucro operacional	**(19.312)**	**(59.003)**
Despesas/receitas não operacionais	–	126.939
Resultado antes de provisão para o imposto de renda e contribuição social	**(19.312)**	**67.937**
Contribuição social	(1.391)	(3.813)
Imposto de renda	(2.318)	(6.354)
Resultado líquido do exercício	**(23.020)**	**57.770**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	**164.026.000**	**30.182.415**	**99.300**	**194.307.715**
Lucro do exercício	–	–	57.770	**57.770**
Saldos em 31/12/2017	**164.026.000**	**30.182.415**	**157.069**	**194.365.484**
Prejuízo do exercício	–	–	(23.020)	**(23.020)**
Saldos em 31/12/2018	**164.026.000**	**30.182.415**	**134.049**	**194.342.464**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2018	2017
Das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	(19.312)	67.937
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Estoques	(36.807.425)	(1.838.664)
Acréscimo em passivos		
Fornecedores	163.674	274.142
Adiantamento Fornecedores	(6.300)	(550)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(59.798)	(4.106)
Outros passivos	31.100.000	–
Caixa aplicado nas operações	(5.629.161)	(1.501.242)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.708)	(10.167)
Caixa líquido (aplicados nas) atividades operacionais	(5.632.869)	(1.511.409)
Das atividades de financiamento com acionistas		
Partes relacionadas	5.868.209	1.514.002
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	5.868.209	1.514.002
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	235.340	2.593
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.842	1.249
No final do exercício	14.389	3.842
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	10.547	2.593

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional – A Sociedade tem por objetivo a construção de edifícios, podendo ainda, participar de incorporação imobiliária. **2. Apresentação das demonstrações contábeis** – **2.1. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2018 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07), nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores. **3. Principais práticas contábeis** – **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **3.2. Estoques:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. **3.3. IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL são calculados e registrados com base no lucro presumido, considerando as alíquotas previstas pela legislação. **3.4. Estimativas contábeis:** Na preparação das demonstrações contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisões para contingências e depreciação do ativo imobilizado e medições de receitas e custos. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. **3.5. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **a) Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; **b) Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; **c) Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **3.6. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulantes demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e os correspondentes encargos incorridos. Não há ativos ou passivos sujeitos a ajustes relevantes para trazer sua mensuração a valor presente de realização. **4. Estoques** – A composição do estoque da Sociedade é assim representada:

	2018	2017
Terrenos e gastos relacionados	233.950.330	199.509.032
Gastos com materiais e prestações de serviços	5.293.108	2.926.981
	239.243.438	**202.436.013**

5. Partes relacionadas – A composição dos partes relacionadas da Sociedade é assim representada:

	2018	2017
Ilaja Empreendimentos Imobiliário Ltda	6.458.885	1.939.197
Maragogipe Investimentos e Participações Ltda	5.287.949	5.287.949
SCP Maragogipe Diogo Moreira	1.459.970	111.449
Parceiros de Negócios	413.101	413.101
	13.619.905	**7.751.696**

6. Capital social – O capital social autorizado em 31/12/2018 é de R$ 164.026.000 milhões. O capital social é dividido em 184.076.313 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **7. Cobertura de seguros** – A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Diretoria

Rogério Gonçalves – Contador CRC 1SP 201.412/O-7

DISAL DISTRIBUIDORES ASSOCIADOS DE LIVROS S.A.

CNPJ 62.277.041/0001-87

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais e respectivas demonstrações financeiras, devidamente acompanhadas das notas explicativas correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (valores expressos em reais, com supressão de centavos)

ATIVO	2018	2017
Circulante	**40.241.732**	**43.631.478**
Caixa e Equivalentes de caixa	6.744.418	5.327.768
Contas a Receber de Clientes	12.212.245	14.704.176
Estoques	19.497.065	21.773.181
Impostos a Recuperar	1.621.769	1.672.247
Outros Ativos Circulantes	166.235	154.107
Não Circulante	**2.559.599**	**2.879.276**
Realizável a Longo Prazo	1.274.334	1.258.264
Depósitos Judiciais	1.274.334	1.258.264
Imobilizado	1.088.405	1.366.207
Intangível	196.860	254.806
Total do Ativo	**42.801.331**	**46.510.755**

PASSIVO	2018	2017
Circulante	**29.899.419**	**27.508.253**
Fornecedores	21.789.072	24.630.662
Empréstimos e Financiamento	24.108	23.220
Salários e Encargos Sociais	232.663	249.590
Obrigações Tributárias	9.265	14.805
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	960.000	1.900.000
Provisões Trabalhistas	741.620	685.897
Outros Passivos Circulantes	303	4.079
Provisão de Dividendos	6.142.388	-
Não Circulante: Impostos a Pagar	164.730	164.687
Patrimônio Líquido	**12.737.182**	**18.837.815**
Capital Social	10.000.000	10.000.000
Reserva de Capital	3.515	3.515
Reserva de Lucros	2.733.667	8.834.300
Total do Passivo	**42.801.331**	**46.510.755**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31.12.18 e 17 (valores expressos em reais, com supressão de centavos)

	Capital Social	Reserva Capital	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Reserva para Expansão	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total Patrimônio
Em 31 de dezembro de 2015	**10.000.000**	**3.515**	**2.000.000**	**691.912**	**6.223.007**	**-**	**18.918.435**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.396.135	1.396.135
Retenção de Lucros	-	-	-	-	1.396.135	(1.396.135)	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(1.200.000)	-	(1.200.000)
Em 31 de dezembro de 2016	**10.000.000**	**3.515**	**2.000.000**	**691.912**	**6.419.142**	**-**	**19.114.570**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	923.245	923.245
Retenção de Lucros	-	-	-	-	923.245	(923.245)	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(1.200.000)	-	(1.200.000)
Em 31 de dezembro de 2017	**10.000.000**	**3.515**	**2.000.000**	**691.912**	**6.142.387**	**-**	**18.837.815**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	401.754	401.754
Retenção de Lucros	-	-	-	-	(5.740.633)	(401.754)	(6.142.387)
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(360.000)	-	(360.000)
Em 31 de dezembro de 2018	**10.000.000**	**3.515**	**2.000.000**	**691.912**	**41.754**	**-**	**12.737.182**

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31.12.18 e 17 (valores expressos em reais, com supressão de centavos)

	2018	2017
Receita Bruta		
Revenda de Mercadorias	91.795.355	88.774.489
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(41.644)	(69.670)
Devoluções	(3.539.723)	(2.872.080)
Receita Operacional Líquida	**88.213.988**	**85.832.739**
Custo das Mercadorias Revendidas	(63.556.588)	(62.804.138)
Lucro Bruto	**24.657.398**	**23.028.600**
Despesas (Receitas) Operacionais	**(23.603.243)**	**(21.320.182)**
Vendas e Administração	(23.684.947)	(21.742.571)
Resultado Financeiro Líquido	38.266	294.600
Outras Receitas (Despesas)	43.438	127.789
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**1.054.156**	**1.708.419**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(652.401)	(785.173)
Lucro Líquido antes da reversão do JCP	**401.754**	**923.245**
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	**401.754**	**923.245**
Quantidade de Ação	114.174	114.174
Lucro/(Prejuízo) Líquido por Ação	3,52	8,09

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31.12.18 e 17 (valores expressos em reais, com supressão de centavos)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**1.335.076**	**1.804.164**
Recebimentos de clientes	93.612.671	83.361.226
Pagamentos de fornecedores de mercadorias e despesas gerais	(79.721.371)	(69.080.556)
Pagamentos de salários, encargos e benefícios	(12.079.675)	(11.136.021)
Pagamento de impostos e contribuições	(149.050)	(211.454)
Recebimento (pagamento) de depósitos judiciais	(16.070)	(722.127)
Recebimento (pagamento) de encargos financeiros líquido	132.058	357.083
Pagamento do IR e da CS sobre o lucro	(443.487)	(763.988)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	**(183.719)**	**(300.266)**
Adição do imobilizado/intangível	(183.719)	(300.266)
Venda do imobilizado	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	**(1.401.262)**	**(1.319.579)**
Pagamento de REFIS	(17.332)	(119.579)
Pagamento Depósitos Judiciais FGTS	16.070	-
Dividendos pagos	(1.400.000)	(1.200.000)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(249.905)**	**184.319**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício	6.994.323	5.143.450
No fim do exercício	6.744.418	5.327.768
Variação do caixa e equivalentes de caixa no período	**(249.905)**	**184.319**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31.12.18 e 17 (valores expressos em reais R$ (Reais), com supressão de centavos)

1. Contexto Operacional: A DISAL Distribuidores Associados de Livros S.A. (a seguir designada como Companhia) é uma companhia anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Marginal Direita do Tietê, 800, Bairro Jaguara. A Companhia tem por objeto social a importação, exportação, comercialização, representação e distribuição de livros técnicos, culturais, científicos, didáticos, revistas e outros. **2. Base para Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei 6404/76) que incluem dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas leis nºs 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 12.973, de 13 de maio de 2014. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis**: Apuração do Resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita com as vendas de mercadorias é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida quando há incerteza significativa de sua realização. Estimativas contábeis: As estimativas contábeis, revisadas anualmente, foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, em conformidade com a prática contábil vigente. Itens significativos, sujeitos a estas estimativas e premissas incluem, entre outros, depreciações de bens do ativo imobilizado. Disponibilidade: São representadas pelo valor de sua efetiva realização. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa: Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorada pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Estoques: O estoque foi avaliado com base no custo médio ponderado não superando o custo de mercado. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes: Estão apresentados ao valor de custo ou de realização, e inclui, sempre que cabível os rendimentos auferidos pró-rata tempore até a data do encerramento das demonstrações financeiras. Imobilizado: O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação fiscal em vigor, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Passivos Circulantes e Não Circulantes: Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e variações monetárias, incorridos até a data do balanço. Provisões: São registradas no momento em que a sociedade possui obrigações legais ou constituídas como resultado de eventos passados, e é provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar as obrigações. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de riscos envolvidos. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação fiscal vigente na data da ocorrência do fato gerador, 15% mais adicional e 9%, respectivamente. **4. Resultado líquido do exercício**: Demonstramos a seguir os efeitos extraordinários no ano de 2018 em comparação com o ano de 2017, que afetaram o resultado líquido do exercício:

Descrição	31/12/18	31/12/17
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**401.754**	**923.245**
a) Efeitos extraordinários: Ajustes de Inventário/		
Perdas no Recebimento de Créditos	108.120	19.751
NFs dos MKT Place's de períodos anteriores	55.048	455.767
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício antes dos efeitos extraordinários	**564.922**	**1.398.763**

5. Capital Social: Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Companhia, totalmente integralizado em moeda corrente é de R$ 10.000.000,00, dividido em 114.174 ações ordinárias nominativas. **6. Cobertura de Seguros**: Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, em montante considerado pela administração como suficiente para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações da sociedade em caso de sinistros. **7. Hipotecas e Garantias**: Os bens da Companhia, cujo saldo líquido contábil, no montante de R$ 1.285.265 não foram conferidos como garantia, estando, portanto, totalmente livres e desembaraçados de ônus ou gravames. **8. Agradecimentos**: Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para a obtenção dos resultados ora apresentados: aos parceiros comerciais – clientes e fornecedores; e à comunidade financeira – nossos credores, pela confiança uma vez mais depositada em nosso trabalho. A toda equipe de trabalho, nosso especial reconhecimento pelo esforço, dedicação e comprometimento.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2019

Francisco Salvador Canato - Diretor Presidente — ***Renato Guazzelli*** - Diretor — ***Luciano Miranda Fernandes*** - Contador CRC 1SP146509/O-1

COMPANHIA JARDIM BOTÂNICO DE BARRETOS - 2

CNPJ: 30.383.372/0001-05

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 (Em Reais)

Balanço Patrimonial Exercícios findos em 2018 (Em Reais)

	31/12/2018
Ativo	
Circulante	**1.500**
Caixa e equivalentes de caixa	1.500
Não-circulante	**-**
Total ativo	**1.500**
Passivo e Patrimônio Líquido	**31/12/2018**
Circulante	**-**
Não-circulante	**-**
Patrimônio líquido	**1.500**
Capital social	1.500
Total passivo + patrimônio liquido	**1.500**

As demonstrações financeiras completas estão a disposição dos acionistas na sede da Companhia

Efforts Profissionais Contábeis
Mauricio de Araujo - Contador - CRC. 2SP024027/O-0

Demonstração do Resultado Consolidado

	31/12/2018
Resultado Operacional	-
Despesas administrativas	-
Resultado Financeiro	-
Resultado Bruto antes Impostos	-
Impostos e Contribuições	-
Lucro/(prejuízo) do exercício	-

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Lucros/Prejuízo Acumulados	Total
Saldo em 30 de dezembro de 2017	-	-	-
Integralização de capital	1.500	-	1.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Dividendos Pagos	-	-	-
Ajuste anos anteriores	-	-	-
Saldo em 30 de dezembro de 2018	**1.500**	**-**	**1.500**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2018
Fluxo de caixa de atividades operacionais	
Lucro liquido do exercício	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:	
Variação do ativo	-
(Redução) aumento nos passivos operacionais:	
Variação do passivo	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**-**
Atividades de financiamento	
Integralização de capital	1.500
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**1.500**
Total do fluxo de caixa	1.500
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.500
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.500

Postera Administradora de Bens Ltda.

CNPJ: 28.154.191/0001-65 - NIRE: 35235058431

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data Horário e Local: As 10 horas do dia 25/02/2019, na sede da Sociedade. **Presença:** Totalidade do capital social. **Deliberações:** Foi deliberado: **a.** A 3ª alteração contratual da **Postera Administradora de Bens Ltda.**, datada em 16/05/2018 e registrada perante a JUCESP sob nº 356.861/18-1, em 27/07/2018 tratou de aumento de capital por integralização de bem imóvel, no valor de R$ 528.000,00. Apesar da integralização, a perfeita transmissão do bem não ocorreu, em virtude da negativa do Cartório de Registros de Imóveis do município de Barueri na transmissão de propriedade imóvel em nome dos sócios **Arthur Papatella Lustosa** e **Thais Papatella Lustosa**, ambos menores de idade, para a sociedade **Postera Admnistradora de Bens Ltda.**, assim, em linha com o artigo 1.082, inciso II do Código Civil os titulares da totalidade das quotas, autorizada pela cláusula "2.2" do Contrato Social, **deliberam pela redução do capital social na exata medida do valor do bem imóvel ora integralizado**, mas não transmitido para a Sociedade. **b.** A redução se deu subtraindo o valor de R$ 528.000,00 do valor do capital social de R$1.385.100,00, resultando no novo valor do capital social que passa a ser de R$857.100,00 dividido em 857.100 quotas, no valor nominal de R$1,00 cada. **c.** Atendendo ao disposto no artigo 1.084 deliberam publicar esta ata, Superado o prazo de 90 (noventa) dias estabelecido no artigo 1.084, § 3º, será arquivada a 4ª alteração do contrato social com nova redação do capítulo V. **Encerramento:** Formalidades legais. São Paulo, 25/02/2019. **Arthur Papatella Lustosa** (menor impúbere), representado por **Bernardo Carvalho Lustosa (pai) Usufrutuário** e **Valéria Papatella Pereira Lustosa (mãe)** e **Usufrutuária. Thais Papatella Lustosa** (menor impúbere), representado por **Bernardo Carvalho Lustosa (pai) Usufrutuário e Valéria Papatella Pereira Lustosa (mãe) e Usufrutuária.**

Centro Trasmontano de São Paulo

CNPJ nº 62.638.374/0001-94

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Senhores Associados: Em conformidade com o artigo 47, inciso II, parágrafos 1º e 3º, artigo 48, inciso VI e artigo 66 do Estatuto Social, ficam V.Sas., convocados a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **13 de março de 2.019** (quarta-feira), às **18h00**, na Sala Augusto do Nascimento Mesquita, sito à Rua Tabatinguera, 294, 2º andar, Centro, São Paulo – SP., a fim de deliberar o seguinte:- **Ordem do Dia**: I) Eleger e empossar Membros do Conselho Deliberativo (Recomposição do corpo de Conselheiros Vitalícios). A abertura dos trabalhos em primeira chamada far-se-á com a presença mínima de (200) duzentos associados e, não havendo número, a Assembleia instalar-se-á meia hora após com qualquer número, na forma do artigo 47, parágrafo 3º do Estatuto Social. Na expectativa de que o prezado associado compareça à Assembleia ora convocada prevalecemo-nos do ensejo para apresentar nossas "Cordiais Saudações". **Lembramos que para participar da citada Assembleia é indispensável a apresentação da Carteira Social e prova de quitação com a tesouraria.** São Paulo, 01 de março de 2.019. A Presidência.

Nec Soluções de Segurança Cibernética Brasil S.A.

CNPJ/MF 00.417.120/0001-99 - NIRE 35300483138

Aviso aos Acionistas

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, na Avenida Ibirapuera, 2332, Sala 52, Bairro Indianopolis, CEP 04.028-002, São Paulo/SP, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2018. SP, 01/03/2019. **A Administração**. **02.07.08/03/2019)**

NEC LATIN AMERICA S.A.

CNPJ/MF 49.074.412/0001-65 - NIRE 35.300.091.604

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, São Paulo/SP, Avenida Angélica, 2197, 7º ao 11º andares, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2018. SP, 01/03/2019. **A Administração**. **(02.07.08/03/2019)**

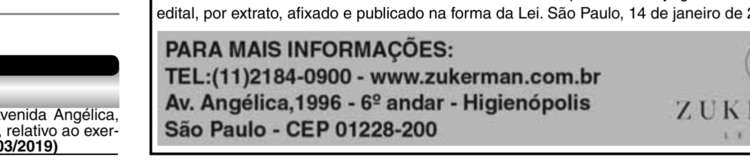
Edital de Praça Judicial. 1º Vara Cível do Fórum Regional do Tatuapé – Comarca de São Paulo/SP. Edital de 1ª e 2ª Praça sobre bem imóvel e para intimação dos requeridos Fressmaq Comercio de Maquinas Eirelli – Me. (CNPJ: 18.785.598/0001-37), Norival Tadeu Fressato (CPF: 942.580.078-20), seu cônjuge Eliana Cano Fressato (CPF: 010.298.878-10), os credores Tuberfil Indústria E Comécio De Tubos Ltda (CNPJ: 59.300.962/0001-09), Itaú Unibanco S/A (CNPJ: 60.701.190/0001-04), Gabriel Armando Uchoa Pinto (CPF: 044.111.198-03), e demais interessados, expedido na Ação de Cumprimento de Sentença nº 1008531-78.2016.8.26.0008, em trâmite na 1ª Vara Cível do Fórum Regional do Tatuapé - Comarca de São Paulo/SP. Nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, Faz Saber que levará à praça o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line da Zukerman Leilões (www.zukerman.com.br), em condições que segue: 1. Descrição do Imóvel: Uma casa e seu respectivo terreno situados situado à Rua Santa Elvira, n.º 206, Parque São Jorge, Tatuapé, medindo 5,0m de frente por 15,93m da frente aos fundos de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma largura da frente, confrontando do lado direito de quem da rua olha para o imóvel com prédio nº 202, da mesma rua, do espólio de Elias Jabra, e do seu lado esquerdo com o prédio nº 208, da mesma rua, vendido à Yolanda Spingliati e nos fundos com propriedade de Luiz Benissi e Antonio Ferreira Simões. Contribuinte 062.030.0055-8 (Conf. Av.2). O imóvel encontra-se matriculado no 9.º Cartório de Registro de Imóveis de SP, sob o n.º 14.022. Benfeitoria. (Conf. laudo de Avaliação Fls. 125). Foi cons truído um sobrado geminado, com área aproximada de 80m². Existe uma cobertura sobre parte do quintal que será retirada e não foi considerada na avaliação. ÔNUS: Consta na Matrícula Conf. Av.5 (06/10/ 2015) Distribuída a ação de execução da 2ª Vara Cível do Tatuapé Proc. Nº 1007138-55.2015.8.26.0008 movida por Tuberfil Indústria e Comécio de Tubos Ltda (CNPJ: 59.300.962/0001-09). Av.6 (07/12/2017) Penhora Exequenda. Av.7 (19/12/2017) Penhora movida pelo ITAÚ UNIBANCO S/A (CNPJ: 60.701.190/0001-04) ação de Execução CIVIL Proc. nº 1000462232017. Av.8 (05/03/2018) Indisponipilidade ref. ao Proc. Nº 0001865-75.2012.5.02.0028. 2. Débito Exequendo: R$ 52.273,82 (cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e três reais e oitenta e dois centavos) 1. Avaliação Total: R$ 255.351,47 (Conf. Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do TJSP) 2. Visitação - Não há visitação. 3. Datas das Praças – 1ª Praça começa em 28/03/2019, às 14h45min, e termina em 01/04/2019, às 14h45min e; 2ª Praça começa em 01/04/2019, às 14h46min, e termina em 22/04/2019, às 14h30min. 4. Condições de Venda E Informação – edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.zukerman.com.br. Dúvidas e Esclarecimentos: Pessoalmente perante o Oficio onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, Capital SP, ou ainda, pelo telefone (11)2388-8283 e e-mail: contato@zukerman.com.br. Ficam os requeridos, Fressmaq Comercio de Maquinas Eirelli – ME, Norival Tadeu Fressato, seu cônjuge Eliana Cano Fressato, os credores Tuberfil Indústria E Comécio De Tubos Ltda, Itaú Unibanco S/A e demais interessados, INTIMADOS das designações supra, caso não seja (m) localizado (a) (s) para a intimação pessoal, bem como da penhora realizada em 07/11/2017. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo, 14 de janeiro de 2019.

PARA MAIS INFORMAÇÕES:
TEL:(11)2184-0900 - www.zukerman.com.br
Av. Angélica,1996 - 6º andar - Higienópolis
São Paulo - CEP 01228-200

ZUKERMAN LEILÕES

Empresas & Negócios

netjen@netjen.com.br



www.netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3043-4171

Fim do incentivo à exportação: quem tem razão nessa queda de braço?

Edison Carlos Fernandes (*) e Nahyana Viott (**)

Não é segredo para ninguém que os Estados brasileiros enfrentam sérios problemas de caixa

Há tempos Estados e Municípios cobram uma solução para os prejuízos trazidos pela Lei Kandir e, com as dificuldades financeiras enfrentadas pelos entes federativos, a pressão para receber os repasses da União aumentou. A Lei Kandir regulamentou o ICMS após a Constituição de 1988. Entre as principais inovações, a desoneração das exportações para produtos primários e industrializados semielaborados, além do aproveitamento de crédito do imposto relativo aos insumos utilizados na cadeia da exportação.

O texto original estabeleceu imunidade do imposto nas exportações apenas para produtos industrializados, delegando à lei complementar a competência para desonerar os produtos semielaborados que especificasse. Ela foi adotada não só para trazer mais competitividade aos produtos nacionais e acabar com o déficit da balança comercial, mas também para acompanhar a política internacional de comércio exterior, que desaconselha a "exportação de tributos".

Contudo, o incentivo à exportação está ameaçado pelos Estados, que vêm alterando unilateralmente as regras e criando novas contribuições (fundos) para recompor perdas de arrecadação devido à concessão do benefício fiscal. A justificativa é que não receberam a devida compensação financeira prevista na Lei Kandir, haja vista que a desoneração gerou severa perda de arrecadação, concorrendo para os atuais problemas financeiros.

Mas essa briga não é nova. Em 2013 o estado do Pará ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, exigindo que a União regulamentasse o tema e fixasse os parâmetros para compensação da perda de arrecadação. A ação foi julgada em 2016 e o Plenário do STF fixou o prazo de 12 meses para que o Congresso regulamentasse os repasses de recursos da União para os estados e, se não o fizesse no prazo acima, caberia ao Tribunal de Contas da União (TCU) fixar as regras de repasse e calcular as cotas de cada um dos interessados.

Como o Congresso não cumpriu o prazo, a decisão passou para a mão do TCU. Com o receio de como viria essa regulamentação, 12 governadores se reuniram com o presidente do STF, Dias Toffoli, e com o ministro Gilmar Mendes, relator, para pedir mais prazo para que o Congresso editasse a lei complementar. O pleito dos governadores foi atendido pelo STF, por decisão monocrática de Gilmar Mendes, que prorrogou em 12 meses o prazo para que o Congresso possa prosseguir com as discussões e concluir a edição da lei.

Apesar da pressão dos estados para que os repasses sejam definidos a fim de aliviar as contas públicas, há também uma enorme insatisfação dos exportadores, visto que não se beneficiaram com os créditos previstos na Lei Kandir, porque os estados os glosavam, e, ainda, a preocupação com o fim da desoneração, uma vez que acaba como estímulo à produção, dado que a margem de lucro é baixa pois não existe muito valor agregado ao produto, principalmente, no primário.

Não se pode desprezar o resultado positivo da desoneração no setor exportador como indutor da atividade econômica. O Demonstrativo de Gastos Tributários (DGT), estudo da Receita Federal que estima a perda de arrecadação decorrente da concessão de benefícios, mostra que no ano de 2018 a exportação da produção rural representou apenas 2,12% dos incentivos concedidos pelo governo!

Por outro lado, segundo estimativas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), as exportações do agronegócio registraram uma participação de aproximadamente 23% do PIB, ou seja, expressivo para manter a balança comercial com superávit. Os números acima comprovam que existem reflexos indiretos que geraram outras riquezas para os estados e devem ser considerados.

Portanto, o não cumprimento pela União da compensação prevista na lei não pode ser a única razão para o fim da desoneração das exportações, uma vez que existem outros fatores socioeconômicos e políticos que devem ser analisados, como visto acima. A briga de braço entre exportadores e governo não será fácil. Cada lado terá que trabalhar ativamente com os parlamentares, sendo certo que, aquele que tiver o melhor argumento e mais força política, terá o seu pleito atendido.

Torcemos para que seja feito o melhor para o país.

(*) - Direito pela PUC/SP, coordenador do curso de pós-graduação em Direito Tributário da FGV Direito SP, é sócio fundador do Fernandes, Figueiredo Advogados;

(**) - Pós em direito tributário pelo CEULaw/SP, é advogada associada do Fernandes, Figueiredo, Françoso e Petros Advogados.

APTA CONTABILIDADE

Assessoria Contábil, Fiscal, Tributária e Departamento Pessoal

Abertura, Alterações e encerramentos de empresas
33 anos de profissionalismo

Contamos com uma equipe de profissionais
Dedicados em atende-los.

Contador : MASSAO HASHIMOTO

Rua Potengi, 188 - Saúde - São Paulo - SP
CEP 04139-020 Tel/Fax:(011) 5589-4801
e-mail: apta@sti.com.br

Proclamas de Casamentos

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
Distrito - Guaianazes
Benedito Aparecido Morelli - Oficial

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **MARCELO FERREIRA DA SILVA,** profissão: funcionário público, estado civil: divorciado, naturalidade: São Caetano do Sul, SP, data-nascimento: 15/03/1985, residente e domiciliado neste Distrito, São Paulo, SP, filho de Ivan Ferreira da Silva e de Genézia Francisca da Silva. A pretendente: **VALERIA ALVES FERREIRA,** profissão: técnica de enfermagem, estado civil: solteira, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 27/04/1984, residente e domiciliada neste Distrito, São Paulo, SP, filha de Morival Durães Ferreira e de Maria Derci Lopes Ferreira.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local Jornal Empresas & Negócios

Este documento foi assinado eletronicamente por Lilian Regina Mancuso.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/ e utilize o código 71FB-6E8A-EA21-E418.